



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

Volume IV, número 1, jan-jun, 2023, pág. 263-286.

ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO – PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Daniel Amade Alberto

Resumo

O presente trabalho analisou a importância da ética e deontologia profissional na educação, visando discutir o papel da educação formal na formação da personalidade da criança. Neste contexto, foram analisadas as responsabilidades dos vários actores intervenientes no processo ensino e aprendizagem da criança. De acordo com as informações analisadas ao longo da pesquisa verificou-se que a educação, tanto familiar como a escolar é a base para formação de personalidade da criança. Foi um trabalho desenvolvido com base na pesquisa bibliográfica.

Palavra chaves: Ética; Deontologia profissional e Educação.

Abstract

The present work analyzed the importance of ethics and professional deontology in education, aiming to discuss the role of formal education in the formation of the child's personality. In this context, the responsibilities of the various actors involved in the child's teaching and learning process were analyzed. According to the information analyzed during the research, it was found that education, both family and school, is the basis for the formation of the child's personality. It was a work developed based on bibliographic research.

Keywords: Ethics; Professional ethics and education



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

Introdução

Os seres humanos não nascem com um conjunto preexistente de atitudes. Estas são adquiridas e moldadas através de interacção com o meio em que vivem ao longo das suas vidas. Através das experiências sociais, são estabelecidas normas e valores que definem as pessoas enquanto sujeitos com comportamentos éticos e morais. E a educação faz parte importante deste meio.

O objectivo principal deste trabalho é analisar a ética e deontologia profissional na educação, considerando-se a ética como uma das questões imprescindível para o sucesso de todas as actividades que envolvam o relacionamento entre as pessoas.

O presente trabalho foi desenvolvido através de análise bibliográfica de cunho documental com o objectivo de descrever como a ética e deontologia profissional é abordada na educação, destacando o papel do educador para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem.

Este trabalho está estruturado em duas partes fundamentais. A primeira parte trata de aspectos teóricos que sustentam a pesquisa, especificamente, a definição dos conceitos de ética; deontologia; profissão e educação. A segunda parte desenvolve o argumento central do trabalho, nos aspectos de ética e deontologia profissional na educação; educação para o desenvolvimento humano; responsabilidade profissional do professor; o papel da escola e a responsabilidade da família na educação formal. Finalmente, de acordo as informações analisadas ao longo da pesquisa constatou-se que a educação, tanto na família como na escola, apresenta-se com a principal base de construção da personalidade da criança. Daqui, decorre a necessidade do empenho tanto da família como do professor para a formação da criança. Feito isto, a criança vai se sentir



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

motivada em para a escola, positivamente vai melhor o seu comportamento, suas notas, sua relação e respeito com próximo.

1. Desenvolvimento Teórico

1.1. O Conceito de Ética

A Ética é uma palavra que vem do grego “*ethos*” que significa *carácter, modo de ser*, mas também *morada ou habitação*. Este significado aplica-se tanto para indivíduos como grupos de sociedade. De acordo com Monteiro e Ferreira (2013) a Ética e Deontologia é o espaço para se pensar e reflectir acerca da pessoa humana, seja no seu universo pessoal (em sim mesmo), seja no espaço relacional (com os outros), seja ainda na sua realização profissional (o modo como se inscreve no que se pretende fazer).

Cortella (2010) define a termo ética como conjunto de princípios e valores da nossa conduta na vida junta. Portanto, ética é o que faz fronteira entre o que natureza manda e o que nós decidimos. A ética é aquilo que orienta a sua capacidade de decidir, julgar, avaliar. Por seu turno, dias (2013) definem a ética como um conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos outros na sociedade em que vive, garantindo, igualmente o bem-estar social, ou seja, é a forma que o homem se deve comportar no seu meio social. Tanto Cortella (2010) como Dias (2013) consideram a ética como um conjunto de princípios e valores que orientam o comportamento do homem.



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

Neste sentido, a ética pode ser entendida como uma ciência que tem por objectivo analisar, estudar e orientar a conduta e o comportamento do homem de acordo com o seu fim. Não se trata de uma crença ou artefacto político ou económico que possa ser trabalhado em função de determinados objectivos individuais ou particulares.

Para Monteiro (2014), a ética constitui ou deve constituir um saber científico que pode ser aprendido com a razão e a experiência. É uma ciência prática, dado que não se estuda apenas para saber mas sobretudo para actuar. É também uma ciência normativa, na medida em que não diz como actua a maioria, mas sim como devemos actuar.

Ainda o mesmo autor entende que a ética deve ser estudada de uma forma aplicada ou pragmática na medida em que um dos seus objectivos é facilitar a análise de problemas práticos à luz do que é correcto ou incorrecto, certo ou errado no sentido de dignificação do homem enquanto ser social e económico, tendo presente o seu bem-estar. Para além disso deve ser ensinada, ideia partilhadas por vários investigadores, o que contribuiu para que a economia e a sociedade possam funcionar em equilíbrio.

Uma outra perspectiva de análise sobre o conceito de ética é do Argandona (1997) segunda a qual a ética pode ser entendida como uma ciência que tem por objectivo analisar, estudar e orientar a conduta do comportamento do homem de acordo com o seu fim. Prosseguindo com a sua reflexão, este autor observa que a ética não é uma crença que deva ser trabalhado em função de determinados objectivos individuais, mas sim deve constituir um saber científico que pode ser aprendido e valorizado com razão e experiência.

Mercier (2003) refere-se que sempre que o âmbito da ética se circunscreve ao exercício de uma profissão falamos de deontologia, entendendo-a como o conjunto de regras adoptadas para o exercício de uma profissão. Na mesma linha de análise, Monteiro (2004) considera que todo o pensamento ético entre as chamadas “Éticas teleológicas”



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X
que buscam a finalidade do existir humano, e as “Éticas deontológicas” cuja ênfase está na busca, fundamentação e instituição do que é correcto e adequado. E o foco deste ensaio é a ética e deontologia profissional.

1.2. O Conceito de Deontologia

Por definição o termo de deontologia, pode significar o conjunto de princípios e regras de conduta ou deveres de uma determinada profissão, ou seja, cada profissional deve ter a sua deontologia própria para regular o exercício da profissão, e de acordo com o Código de Ética da sua categoria.

Sobre o conceito de deontologia há varias definições. Uma delas é a de Monteiro e Ferreira (2013) segundo a qual a deontologia tem um âmbito mais específico e é mais frequentemente utilizada no terreno das profissões. Para os mesmos autores, este conceito significa *lógica ou disciplina do dever* e diz respeito aos direitos e obrigações inerentes ao bom cumprimento de uma determinada profissão.

Na mesma perspectiva de análise, Bentham (1834) citado por Monteiro (2004) entende que na acepção restrita o termo deontologia designa os princípios e preceitos que definem os deveres inerentes ao exercício de uma profissão, reflectindo valores morais dominantes, formulados num código com força jurídica ou penal moral, adoptada pela respectiva classe profissional ou por iniciativa do poder político. Isto, significa que a deontologia como ramo da ética é uma disciplina normativa, trata de princípios da conduta humana, directrizes no exercício de uma profissão, e estipula os deveres que devem ser seguidos no desempenho de uma actividade profissional.

1.3. O Conceito de Profissão



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

Targino (2000) observa que o termo profissão é originário da palavra latina *professione* e remete ao acto de professar. Indefere a este termo um sentido de confissão pública de uma crença, opinião ou modo de ser, conduzindo à concepção de uma actividade ou ocupação especializada, que requer formação. Neste sentido, a profissão pode ser definida como uma actividade, que exige conhecimentos e habilidades específicas, e que envolve algum tipo de remuneração.

Monteiro (2013) explica que:

A distinção entre ocupação e profissão reside no facto do primeiro termo, designar todo o trabalho, actividade, função ou emprego que é a fonte principal dos meios de vida de uma pessoa e, o segundo aplica-se a ocupações que se distinguem pelas seguintes características principais: prestam um serviço de elevado interesse público, com sentido de serviço, aplicando saberes muito especializados e respeitando um exigente código de deontológico, tendo um estatuto de auto regulação, isto é, são governadas por organismos formados exclusivamente ou maioritariamente por profissionais (p. 28)

Em sua opinião, uma profissão emerge quando um número crescente de pessoas começa a responder a uma necessidade social, com sucesso, através da aplicação de saberes próprios

Na mesma senda, Comparato (2006) define a profissão como uma actividade pessoal, desenvolvida de maneira estável e honrada, ao serviço dos outros e para benefício próprio, de conformidade com a própria vocação e em atenção à dignidade humana. Isto, significa que a finalidade do exercício de uma profissão é o bem comum. Este consiste num conjunto de condições da vida social que consistam e favoreçam o desenvolvimento integral da pessoa humana.



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

Para Monteiro (2005), a profissão significa um grupo disciplinado de indivíduos que aderem a elevadas normas éticas que são aceites pelo público como possuidores de conhecimentos e competências especializados reconhecidas, adquiridos através da educação e formação, e que estão preparados para exercer essas competências no interesse dos outros.

Tanto Camparato (2006) como Monteiro (2005) consideram a profissão como o exercício de uma vocação que requer conhecimentos e habilidades de alguma área específica ou formação, que, neste sentido, envolve algum tipo de remuneração. Pode-se citar como exemplos de profissionais, um médico, advogado, policia, vigilante, gestor de segurança e por fim o professor que é foco deste ensaio.

Por seu turno, Costa (2009) considera que, ao optar por uma profissão, o homem se impõe uma série de deveres que não tinha antes. Trata-se de consequências do vínculo contraído com a sociedade e próprias do profissional que o individuo se torna e, termina destacando que as características essenciais de uma profissão são o espírito de serviço, de doação ao próximo, e de solidariedade.

Por fim sublinhar que as concepções, apresentadas por estes autores, assentam as suas ideias na mesma linha de raciocínio ao se referirem que toda a ocupação através da qual obtém licitamente os seus principais meios de vida prestando serviços e aplicando saberes, elementares ou especializados, para a satisfação das necessidades ou resolução dos problemas individuais ou colectivos, pode ser considerada uma profissão, com uma utilidade e dignidade, seja qual for a sua realidade. Isto, significa, entre outros aspectos, que as profissões distinguem-se pelo seu nível seu profissionalismo.



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

1.4. O Conceito de Educação

Libâneo (1999) define a educação como um processo de desenvolvimento multidimensional da personalidade, isto é, um desenvolvimento integral da pessoa, desde as qualidades humanas, físicas, morais e intelectuais. Para Delors (1996), a educação não é senão um processo que exige um venerável respeito pelas características, intimidades e valores da pessoa. Este autor defende que a educação assenta em quatro pilares de aprendizagens fundamentais: (i) *aprender a conhecer*, para poder agir sobre o meio envolvente, (ii) *aprender a fazer*, (iii) aprender a viver juntos para poder participar e cooperar com os outros em todas actividades humanas e (iv) *aprender a ser*, via principal que integra os três precedentes. Tanto Libâneo (1999) como Delors (1996) consideram a educação como um processo no qual está envolvida a pessoa humana em todas as suas dimensões.

Um outro autor que também discutiu o conceito de educação foi Durkheim (1963, p.60) citado por Pinto (1995) que define como sendo a acção exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não se encontram amadurecidas para a vida social. Como se nota, esta definição não particulariza (familiar ou publico) em que os adultos exercem a tal acção sobre as supracitadas gerações que não se encontram amadurecidas. Na mesma perspectiva, Monroe (1983) sustenta que nas sociedades de pequena escala não existem escolas e nem métodos conscientemente reconhecidos como tais, no entanto, existe educação cujo objectivo é ajustar a criança ao seu ambiente físico e social por meio de aquisição de experiencia de gerações passadas.

Por seu turno, Mialaret (1980) concebe a educação a partir três vertentes: (i) a educação como instituição (sistema educativo), (ii) a educação como resultado de uma acção (produto da educação) e (iii) a educação como processo de socialização (processo que envolve a comunicação intersubjectiva).



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

Numa linha semelhante de reflexão sobre o conceito de educação, Mondlane (1969) escreve que os teóricos dividem geralmente a educação em dois tipos: a educação informal e a educação formal, e destaca que todas sociedades usaram sempre ambos os tipos em diversos graus.

No contexto deste ensaio, entenda-se por educação informal a que é exercida no meio social da pertença da criança e que normalmente transmite saberes locais (regras e norma de comportamento) que são estabelecidos pela tradição sob duas formas principais: a espontânea, quando o individuo conhece o padrão sociocultural do seu meio envolvente através da observação e interação com todos os membros da sua família/comunidade e, a forma dirigida que ocorre quando o individuo aprende através de certas pessoas a quem a comunidade confia esta tarefa, como por exemplo, por ocasião dos ritos de iniciação.

Na mesma senda, Estrela (1994) considera que no contexto da educação informal a criança é educada no seio da família, comunidade e sociedade em geral, por meio de uma aprendizagem por motivação e por participação gradual da vida dos adultos. Neste caso, uma pessoa não se torna membro da comunidade só pelo facto de ter nascido, precisa de ser formalmente aceite nela, o normalmente se faz através de ritos educativos que normalmente obedecem a três momentos: a separação, a liminaridade e a integração.

Uma outra perspectiva de análise sobre a educação informal é defendida pelo Pinto (1995) como sendo a socialização primaria que segundo esta autora, em que a criança torna-se membro da sociedade através da interiorização dos significados atribuídos aos acontecimentos pelos adultos, particularmente, os que se encarregam pela sua socialização. Neste caso, trata-se do facto de a criança tomar como referência os papéis,



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

atitudes, formas de ser e estar adoptados pelos adultos do universo dentro do qual a criança está inserida. E, por outro lado, esta autora destaca que a socialização primária é não só a que acontece em primeiro lugar, mas também aquela que têm de se enraizar todas as socializações subseqüentes para poderem ser bem-sucedida.

Embora reconhecendo a importância da socialização primários ou educação informal que normalmente ocorre em contexto familiar, Toscano (1984) observa que “*actualmente não é mais suficiente o aprendizado simples feito quase que exclusivamente na base da imitação e do exemplo*” Neste âmbito, este autor sublinha que o actual mercado de emprego pressupõe que todas as actividades sejam realizadas com base em aprendizados metódicos, capaz de preparar as pessoas para as tarefas mais complexas. Por outras palavras, trata-se de passar de um sistema de produção que aos poucos, deixa de lado os métodos rotineiros tradicionais para ingressar numa era de revolução tecnológica.

Relativamente à educação formal que Pinto (1995) considera como sendo socialização secundária, na perspectiva do Ponce (1979) a complexidade crescente das civilizações trouxe como consequência a diversificação de papéis sociais e a necessidade de preparar as jovens gerações para desempenhar esses papéis. A partir desta reflexão, conclui-se que a educação formal (escolar) surge como uma nova forma de educar que se distingue da educação informal.

Ainda no quadro das diferenças entre os dois tipos de educação Mazula (1995) sublinha o facto da educação formal ocorrer em contextos extrafamiliar à cargo de instituições especializadas, como a escola, o seu grau de organização e o facto desta muitas vezes veicular saberes globais (universais), inversamente à educação informal que de um modo geral, é exercida na família privilegiando saberes locais.



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

Brandão (1985) refere que para analisar os modos de ensino e como eles são realizados na sociedade, torna-se necessário ter em conta que a educação é um conceito complexo e que pode ser analisada sob três perspectivas: a educação formal, a educação informal e a educação não formal. No que diz respeito a educação formal, ainda no entender deste autor, é o momento em que a educação decorre com observância à pedagogia, regulada por leis, normas da instituição de ensino e, feita em locais apropriados por pessoas especializadas.

Enquanto isso, Gohn (2006) distingue a educação não formal com a educação informal. Para este autor, a educação não formal permite aquisição de experiências do grupo social de pertença do individuo e construção da identidade colectiva. E a educação informal é adquirida no processo de socialização e, é orientada por familiares e outras pessoas com quem se mantem contactos regularmente. Neste quadro, a educação responde simultaneamente a duas solicitações que são: homogeneizar e diferenciar os membros, assegurando a reprodução dessa mesma sociedade, e termina a sua análise observando que a educação é, antes do mais, o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições da sua própria existência.

2. Desenvolvimento do Argumento Central

2.1. Ética e Deontologia Profissional na Educação

Este subcapítulo discute a ética e deontologia profissional na educação, destacando a sua importância no processo de ensino e aprendizagem, as normas de conduta e as responsabilidades que os profissionais assumem, tendo em vista, a uma formação que concorre para a promoção do desenvolvimento humano.



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

Monteiro e Ferreira (2013) explicam que do ponto de vista social, pode-se dizer que as relações humanas são regidas por um conjunto de normas indispensáveis para a organização da sociedade e sobrevivência colectiva. E desta asserção decore o posicionamento do Monteiro (2008) ao considerar que a maior parte das profissões têm regras, por mais elementares que sejam, têm normas profissionais codificadas, que definem o seu objecto e serviços, identificam, os valores e qualidades que distinguem a profissão e os respectivos profissionais, assim com declaram as responsabilidades que assumem.

Para Monteiro (2004) existe um código cujo respeito é a condição de possibilidade da coexistência, comunicação e cooperação entre os membros de uma colectividade. Assim, em cada colectividade os homens encontram diversas formas para padronizar o respeito a tais regras.

A este respeito, Estevão (2004) afirma que o Direito é, actualmente, tido como o principal dispositivo de controlo social, isto é, quanto o respeito de uma regra moral importa a toda sociedade, é juridificada, transformada em direito, para que a sua violação possa ser judicialmente sancionada. Neste contexto, o campo profissional, actualmente, sente a necessidade de incorporar a ética e deontologia, como principal forma jurídica de representatividade de uma profissão. E no caso em análise, ética e deontologia profissional é um dos critérios mais valorizados na profissão de professor.

Camparato (2006) observa que a importância de se adoptar um código de ética para as profissões são várias, isto decorre da necessidade de delimitar os espaços de actuação de um profissional, neste caso, um professor, no contexto do seu relacionamento com o aluno e outros membros da sociedade de inserção da escola.



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

Este raciocínio sugere um entendimento segundo o qual, a ética e deontologia de uma profissão, constitui em conjunto o seu código de conduta profissional, que garante a segurança da sociedade e defesa dos próprios profissionais face a comportamentos inadequados a que possam ser sujeitos. E, face às perspectivas convocadas, surge logo a ideia de que um código de conduta profissional é uma componente essencial e indispensável para o exercício livre e responsável de uma profissão, no caso vertente, a profissão de docente, digna de confiança pública. Desta forma, a ética profissional é de interesse e importância da educação e do também do professor profissional que procura o desenvolvimento da sua carreira.

Ainda nesta linha, Monteiro (2013) afirma que que um profissional da educação é, para todos os efeitos, profissional da comunicação. A distinção dos professores como profissionais da comunicação consiste em saber comunicar-pedagogicamente, isto é, com uma validade específica, que é da ordem da legitimidade e do sucesso.

Portanto, a ética e deontologia profissional na educação são valores chaves para um processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista à necessidade de promoção do desenvolvimento humano.

Para o efeito, profissional da educação, é suposto passar por uma aprendizagem especial na área do seu conhecimento. Neste contexto, toda a profissão supõe uma formação especializada.

2.2. Educação para o desenvolvimento Humano

Este subcapítulo discute a importância da educação no processo de desenvolvimento humano, destacando o papel dos principais actores envolvidos neste processo.

De acordo com dados da UNESCO (2000) foi na década de 90 que o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) criou o conceito de Desenvolvimento



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

Humano. A este respeito aderiram muitos países, os governos e os políticos, apelando a construção de estrutura que lutem para a erradicação da pobreza em prol da dignidade humana.

Por seu turno, Neves (2005) refere que neste programa, o que se pretende é criar estrutura possam desenvolver as capacidades humanas, sistemas sociais com livre acesso a oportunidades de modo a equilibrar o crescimento económico das sociedades e partilhar equitativamente os seus ganhos e gasto. Ainda segundo o mesmo autor, o objectivo deste programa é desenvolver de acordo as oportunidades e os espaços disponíveis, cada individuo de ser sujeito dos seu próprio percurso, adquirindo capacidade de saber, *saber*, *saber fazer*, *saber ser* e *saber estar* (com os outros). Ou seja, aprender durante toda a vida.

Assim sendo, e tendo em conta o processo de globalização que actualmente caracteriza as nossas sociedades, o desenvolvimento terá de ser não apenas desenvolvimento económico, mas desenvolvimento social, cultura e pessoal. Ainda nesta óptica, Ambrósio (2001) defende que a Educação, neste processo, assume um novo papel nas aprendizagens individuais, que passam a ter um carácter contínuo por poderem ocorrer ao longo da vida e em vários contextos, que não sejam apenas a escola. Para esta autora a educação torna-se assim, o principal meio de formação pessoal ao longo da vida.

A educação é a chave para o processo de desenvolvimento humano em todas as suas dimensões, e acima de tudo, com ela é possível o individuo se desenvolver intelectualmente. Isto, sugere que que quanto mais pessoas buscam o conhecimento e evoluem, melhor é para a sociedade, que em consequência terá mais possibilidades para atingir o desenvolvimento social e reduzir as desigualdades de todos tipo, que perpassam a vida das pessoas.



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

Dada a importância da educação para desenvolvimento humano, afigura-se relevante, que cada Estado crie condições necessárias, não apenas de acesso ao sistema de educação para todas as pessoas, mas sobretudo, uma educação de qualidade. Pois, um sistema de educação de qualidade, ministrada em contexto de princípios éticos e deontologia profissional, permite a redução de desigualdades entre as pessoas e, conseqüentemente, o conhecimento acumulado transforma-se em factor de melhoria de condições de vida e de trabalho de todos os cidadãos de um país.

Na mesma de reflexão, Delors *et al* (1996) consideram que o acesso à educação pode ser uma porta aberta para diminuir os problemas sociais e económicos de um país.

Para se chegar ao desenvolvimento humano é preciso levar em conta dois aspectos: O primeiro é biológico, pois todas as características das espécies são transmitidas de forma genética. No entanto, preciso também que muitas características humanas são produzidas socialmente, que evidencia a necessidade de a pessoas ter relações sociais para receber tais elementos. Ou seja, a interacção entre os indivíduos também é importante para o desenvolvimento humano e para o seu enriquecimento intelectual.

E já que o desenvolvimento se produz socialmente, a transmissão de conhecimento por meio da educação, com pessoas que já dominam aspectos culturais e intelectuais, podem prover as informações necessárias para quem ainda necessita do conhecimento. Neste contexto, a aquisição do conhecimento serve de base para qualquer evolução humana, ou seja, a educação é sempre apontada, por especialistas e sociedade civil como a melhor resposta para resolução dos problemas da sociedade.

Assim sendo, educação pode contribuir para o desenvolvimento total da pessoa. E, de facto, a educação cria condições para uma melhor formação para os cidadãos mais informados sobre o seu papel na sua colectividade de inserção. Por outro lado a



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

educação promove o desenvolvimento da sociedade como um todo. É só por meio da acesso à informação e do seu estudo é que se tem alcançado progressos, inovação e melhorias para a comunidade.

Delors (1996) refere que:

Para melhorar a qualidade da educação é preciso antes mais, melhorar o recrutamento, formação, estatuto social e condições de trabalho dos professores, pois estes só poderão responder ao que deles se espera se possuírem os conhecimentos e competência, as qualidades pessoais, as possibilidades profissionais e motivação requeridas (p.131).

No processo de formação para desenvolvimento humano, destacam-se responsabilidades para todos os actores envolvidos no processo. Os mais importantes são os professores que em espera-se que exerçam a sua missão de docência com as devidas responsabilidades e profissionalismo necessário, observando princípios e norma da ética e deontologia profissional.

3.3. A responsabilidade Profissional do Professor

Este subcapítulo discute o papel e responsabilidade do profissional da educação, num processo de ensino e aprendizagem, com observância da ética e deontologia profissional da educação, e tendo em vista, a promoção de uma educação que facilita o desenvolvimento humano.

Do ponto de vista da responsabilidade pedagógica, a responsabilidade dos profissionais da educação tem varias dimensões, mas mais específica é a responsabilidade pedagógica, cujo conteúdo é mais denso que a responsabilidade pedagógica dos pais.



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

Das várias responsabilidades, destacam: *a responsabilidade interpessoal* que Monteiro (2005) caracteriza como a essência da responsabilidade ética e pedagógica.

Neste sentido, os educadores são responsáveis pelo bem das pessoas com o direito à educação, que são principalmente as crianças, adolescentes ou jovens. Para Monteiro, é uma obrigação que a responsabilidade pedagógica interpessoal seja exercida com as devidas responsabilidades, apenas pedagógica, mas sobretudo, dentro dos princípios da ética e deontologia da profissão de professor. Uma outra responsabilidade, neste âmbito, é a institucional.

Neste contexto, a missão do professor é transmitir o conhecimento científico, como também valores e experiências culturais, e cumprir com as normas e princípios éticos e deontológicos na sua actividade e nas suas relações interpessoais. O professor universitário tem a árdua missão de formar agentes a fim de garantir a identificação recíproca entre a identidade cultural do povo e a universidade.

3.4. O papel da escola

A escola é uma instituição cujo compromisso vai além de ensinar conteúdos, ela forma o carácter, valores, e princípios morais, que orienta o aluno a lidar com os conhecimentos aprendidos de maneira eficiente, para que sejam sobrepostos a favor da sociedade. É na escola que o indivíduo começa a relacionar-se com o diferente, cria o primeiro círculo de amigos, e percebe-se como parte integrante de uma classe colectiva.

Para Pinto (1995) a escola na sociedade actual é um tempo, um espaço, um sistema de interacção sociais que se define com destino do mundo adulto. Segundo o mesmo autor, é neste tempo e espaço e espaço que escolar que muitos jovens passam perdidos cada vez mais longo.



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

Ainda neste sentido, Delors (1996) refere que todo o ser humano deve ser preparado para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, sozinho como agir nas diferentes circunstâncias da vida

Na escola existe um conjunto de professores capazes de ajudar e acompanhar não só os alunos como também os encarregados de educação, podendo neste caso, dar pistas educativas, com vista a que os pais possam e consigam perceber as dificuldades e lacunas a preencher nas mais disciplinas. Tudo isto, torna a relação entre escola /família um pouco mais próximo e promotora de uma saudável construção relacional

Por seu turno, Lobrot (1992) defende que:

a escola não tem apenas a função de fornecer as competências necessárias às sociedades, tem também, a função de seleccionar os indivíduos e de os orientar na direcção das posições sociais existentes.
(p. 38)

A escola constitui uma das componentes fundamentais do processo de socialização de qualquer indivíduo, tendo em vista a integração plena no seu ambiente. Neste contexto, a escola não pode viver sem a família e nem a família pode viver sem escola. Uma depende da outra, na tentativa de alcançar um maior objectivo, qualquer um que seja, porque um melhor futuro para os alunos, transforma-se em benefícios, não só para as respectivas famílias, como também, para toda a sociedade.

Neste caso, a escola deve ter condições condignas que favoreçam uma aprendizagem e qualidade, tendo em conta que o acesso à educação é um direito para as crianças. Por



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

fim, figura a responsabilidade de cívica que a responsabilidade de agir para que a política de educação seja uma política do direito à educação.

3.5. A Responsabilidade da Família na Educação Formal

Esta parte pretende fazer uma abordagem sobre a importância da integração da família no processo pedagógico para uma educação de qualidade e o necessário desenvolvimento dos alunos, explicar a importância da família e como esta vem ocorrendo dentro da escola. É importante salientar que o termo “família” neste artigo, se refere a todos os responsáveis pela criança de acordo com a formação familiar na qual a criança está inserida.

Àries (1981) analisando o papel dos pais refere que os pais são os principais responsáveis pela educação dos filhos, tanto escolar como familiar. Segundo o mesmo autor é dever da família conduzir a criança para uma vida que aspire melhorias. Para o efeito, é necessário que a família participe todas as etapas da vida da criança, quando a criança percebe a presença e o interesse dos pais por aquilo que elas fazem se sente mais seguras e responsáveis e conseqüentemente apresentam um bom desempenho escolar. Neste âmbito, Ambrósio (2013) destaca a responsabilidade da família relativamente à protecção da integridade física, moral, saúde e bem-estar, bem como, a responsabilidade pelo desenvolvimento da personalidade da criança, sobretudo, na fase da sua educação formal.

Tanto Àries (1981) com Ambrósio (2013) consideram que a família tem um papel muito importante na vida escolar dos filhos e, que a escola vai apenas completar o ambiente familiar, uma vez que os primeiros incentivos devem surgir na família, acompanhado diariamente as dificuldades e os avanços e estimulando para que possam aprender cada vez mais.



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

Ainda neste raciocínio Chalita (2001) observa que que por melhor que seja essa escola, por mais bem preparados que estejam os seus professores, nunca a escola vai suprir a carência deixada por uma família ausente. Neste sentido, todas as pessoas que tenham responsabilidade pela educação da criança devem participar efectivamente, para facilitar a escola atingir o seu objectivo .

As concepções apresentadas por estes autores, assentam as suas ideias na mesma linha de raciocínio ao se referirem que o papel que a da família exerce na vida da criança é de grande relevância para o seu desenvolvimento integral, tornado membro efectivo do seu grupo de pertença.

Considerações finais

De acordo com as informações levantadas durante a pesquisa, constata-se que quanto maior for a relação entre família e escola, melhor serão os resultados atingidos entre os docentes. O papel da família é tão importante como o papel do professor. Assim sendo, é necessário que ambos se empenhem para a formação das crianças, tendo em vista que é na família e na escola, que a criança aprende princípios de éticos que lhe permite a convivência social necessária, para efectivamente pertencer a sua colectividade de pertença.

Referências bibliográficas

- Ambrósio, T. (2001). *Educação e Desenvolvimento – Contribuição para uma Mudança Reflexiva na Educação*, Monte da Caparica, UIED.
- Àries, F. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: 2 ed.



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

Argandona, A (1997). *La importância de la ética en la empresa*: In *Ética Empresarial e Económica*. Porto, Vida Económica.

Brandão, C. R. (1985) *O que é educação*: 19 Edição, São Paulo: Brasiliense.

Camargo, M. (2009). *Fundamentos de ética geral e profissional*: Rio de Janeiro, Brasil: 8 ed. – Petrópolis: Vozes.

Camargo, M. (1999). *Fundamentos de Ética Geral e Profissional*, Vozes, Petrópolis.

Comparato, F.K. (2006). *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo, Companhia das Letras

Chalita, G.I. (2001). *Educação: a solução está no afecto*. São Paulo: Editora Gente.

Cortella, M. S. (2010). *Qual é a tua obra? Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética*. RJ: Vozes.

Costa, A. F. (2009). *Deontologia Jurídica – Ética das Profissões*. Rio de Janeiro: Forence.

Dias, M.S. (2012). *Dar rosto ao futuro: educação como compromisso ético*: In *Baptista, Dar Rosto ao futuro*. Porto, Portugal: Proto edições.

Delors, J. et al. (1996). *A educação: Um tesouro a descobrir*. Porto: Edições ASA.

Estevão, C. (2004). *Educação, Justiça e Autonomia*. Porto: ASA.

Estrela, M.T. (1994). *Relações Pedagógicas, Disciplina e Interdisciplina na Aula*: Portugal: Porto Editora.

Gohn, M. G. (2006). *Educação não-formal, participação da Sociedade Civil e Estruturas Colegiadas nas Escolas*: Rio de Janeiro: s/ed.

Leal, A. L. (2005). *Educação e cidadania: uma inovação proposta de formação religiosa*: São Paulo, Brasil: Paulinas, Coleção pedagogia e educação

Libâneo, J. C. (1999). *Didáctica*. São Paulo: Cortez.

Lobrot, M. (1992). *Para que serve a escola?* Lisboa: Terramar-Editores, Distribuidores Livreiros, Lda.

Mazula, B. (1995). *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975 – 1985*: Edição Afrontamento e Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa.



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

- Mercier, S. (2003). *A Ética nas empresas*: Edições Afrontamento.
- Mialaret, G. (1980). *As ciências da educação* (2.^a ed.). Lisboa: Moraes Editores.
- Monroe, P. (1983). *História da Educação*. São Paulo: s/ed.
- Mondlane, E. (1969). *The Struggle for Mozambique*. Sá da Costa.
- Monteiro, H. Ferreira, P. (2013) *Ética e Deontologia*: Grupo Porto Editora, Lda.
- Monteiro, A. R. (2008). *Qualidade, Profissionalidade e Deontologia na Educação*. Porto: Porto Editora.
- Monteiro, A. (2005). *Deontologia das Profissões da Educação*: Coimbra, Portugal: Edições Almedina, SA.
- Monteiro, A.R. (2004). *Educação & Deontologia*. Lisboa, Portugal: Escolar Editora.
- Neves, C.S. C. (2005). *Educação e Desenvolvimento humano*. Dissertação de mestrado. ISCTEL, Lisboa, Portugal.
- Pinto, C. A. (1995). *Sociologia da Escola*. Portugal: Editora McGRAW-HILL Lda.
- Ponce, A. (1979). *Educação e Luta de Classes*. Lisboa, Editorial Veja.
- Sousa, F. R. (2014). *Deontologia docente: a construção de conceitos ético-prisional*. Belém, Brasil: s/ed.
- Young, M. (2007). *Para que sevem as escolas?* Campinas: vol.28, n. 101, p.1287-1302, set/dez. Disponível em : (<http://www.cedes.unicamp.br>). Acesso em 19 dez. 2013.
- Tardif, M.; Lessard, C. (2005). *O trabalho docente: elemento para uma teoria de docência como profissão de interações humanas*. RJ, Petrópolis, Vozes
- Targino, M, G. (2000). *Quem é o profissional da informação?* Campina, s/ed.
- Toscano, M. (1984). *Introdução à Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro, Brasil: Vozes Petrópolis.
- UNESCO (2000). *O Direito à Educação. Uma Educação para todos durante toda a vida*. Relatório Mundial sobre a Educação. Porto: Edição ASA.

Recebido: 20/9/2022. Aceito: 20/12/2022. Publicado: 1/1/2023.



Revista Educação e Humanidades e-ISSN 2675-410X

Autoria

Daniel Amade Alberto

Docente na Universidade Rovuma (Uni Rovuma); licenciado em Antropologia pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM); mestrado pelo Instituto Superior de Administração Pública (ISAP/Maputo); doutorando em Inovação Educativa, pela Universidade Católica de Moçambique (UCM).

E-mail: dalbertovilela1@gmail.com

País: Moçambique